



A TRAÇA

Boletim do Projeto de Extensão Histórias & Memórias sobre Educação



Centro de Documentação e Pesquisa em História da Educação (CDPHE) - Sede do Projeto (UFPR/Campus Rebouças, sala 33)

NESTE NÚMERO

Apresentação

Neste número do boletim A Traça o tema são as Escolas Normais, que tiveram significativo papel na formação de professores/as no Brasil.

Conheceremos um pouco sobre elas, e também sobre as propostas de formação de professores/as primários/as no nosso país, desde o século XIX e em grande parte do século XX.

Esperamos que gostem!

**INSTITUCIONALIZAÇÃO DAS
ESCOLAS NORMAIS
NO BRASIL**

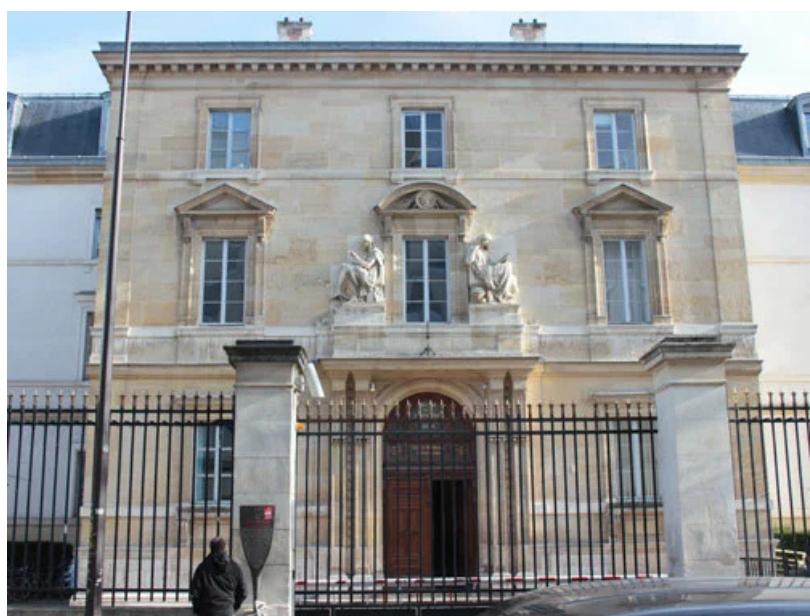
O QUE SÃO AS ESCOLAS NORMAIS?

Proponente principal: Vanessa Queirós Alves

Você já ouviu falar em **Escola Normal**? Você sabe quando elas surgiram em nosso país? E qual foi a importância que tiveram na construção e na manutenção de muitas práticas e modelos que temos de formação de professores? Pois bem, a Escola Normal foi um modelo de formação de professores de grande relevância na história da educação brasileira, muitas pesquisas foram e ainda são realizadas para analisar o seu legado, sua constituição, articulações e referências, tendo em vista não somente aspectos gerais no âmbito do país, mas estudos de instituições específicas, abordando sua cultura escolar e seu contexto, em diferentes recortes histórico-temporais.

De acordo com Tanuri (2000), a proposta e a constituição de uma Escola Normal para formação de professores estiveram intimamente relacionadas às ideias liberais de oferta do ensino primário para toda a população. A autora pontua que os movimentos de Reforma Protestante e Contrarreforma da Igreja Católica deram os primeiros passos nesse sentido. Mas que somente após a Revolução Francesa que realmente a ideia se concretiza, no sentido de ter uma instituição a cargo do Estado, responsável por formar professores leigos, essa ideia, por sua vez, veio ao encontro dos processos que constituíram a formação dos Estados Nacionais, sendo que a propagação da escola básica, levou à multiplicação das Escolas Normais.

No século XVIII, na França, Jean Baptiste de La Salle, um sacerdote católico, criou um seminário para a educação de leigos, posteriormente fundando em várias cidades, o que foi denominado por ele de “seminário de professores”, na qual se reforçavam o entendimento do professor ter



domínio de conteúdos diversos, além de bons hábitos morais e intelectuais. Sendo que o termo “normal” veio posteriormente justamente pelo sentido de se terem normas a serem trabalhadas. Posteriormente, à revolução francesa, houve a criação da primeira Escola Normal, de responsabilidade do Estado, criada em Paris, em 1795.

Imagen 1 - Escola Normal de Paris

ESCOLA NORMAL NO BRASIL

A Escola Normal no Brasil trouxe esse modelo francês/ europeu, todavia aqui pode ter tido diferentes apropriações e ressignificações, o que exige uma história ancorada nas especificidades de cada instituição escolar. Sabe-se, contudo, que no final do século XIX, e início do século XX, havia no país uma aspiração aos ideais europeus de civilidade para construção de um projeto de nação, o que também se refletiu no âmbito das propostas educacionais. Villela (2017) ressalta, da mesma maneira, que na Europa, com a constituição dos Estados Nacionais e a preocupação em se estabelecer normas que deveriam regulamentar a profissão, a preocupação com a formação de professores se deu de forma intensa.

"Foi a partir dessa preocupação de incutir normas que surge a ideia de institucionalizar as Escolas Normais, como locais autorizados para a formação de um novo corpo de funcionários públicos" (VILELLA, 2017, p. 30). O que também pode ter refletido, em certa medida, no Brasil, no intuito de ter um controle sobre conhecimentos a serem ensinados, ao mesmo tempo que se buscava regulamentar a profissão docente. Porém, vale salientar que no país as primeiras Escolas Normais ficaram a cargo das províncias (que eram como se fossem os estados da federação que temos hoje), conforme prerrogativas da reforma constitucional de 1834.

No surgimento da primeira Escola Normal do Brasil, na província do Rio de Janeiro, em 1835, segundo Villela (2017), estabeleceu-se o ideário conservador, pois a formação do professor tinha uma concepção mais atrelada para uma conformação à estrutura da sociedade e aos ideais dos representantes do Estado. Villela (2017) defende que a constituição da Escola Normal no país teve suas bases na ideia de um professor agente transmissor dos interesses do Estado, em que os pesos das atribuições e qualidades morais, por vezes, sobreponham-se a exigências de caráter acadêmico, por exemplo. Nesse contexto, havia uma grande preocupação com a moral, os bons costumes e o domínio do método lancasteriano para a formação de professores, que era um método que trabalhava de forma central com ideias de hierarquia e ordem, tendo um aluno que auxiliava o professor a controlar a disciplina em sala de aula, que era chamado de monitor.



Imagen 2 - Escola Normal do
Rio de Janeiro

É válido destacar, como pode-se observar nessa imagem, que os prédios destinados às Escolas Normais, inicialmente eram construções de destaque, nas áreas centrais das cidades e que eram inspirados também nos modelos arquitetônicos europeus. Outro exemplo, desse aspecto é a Escola Normal Caetano de Campos, em São Paulo, inaugurada em 1894:



Imagen 3 - Escola Normal Caetano de Campos

Segundo Tanuri (2000), a partir de 1868/1870 ocorreram transformações em várias esferas no país, trazendo movimentações de ideias que influenciaram a educação. Se, até então, a educação era vista como um processo necessário à civilização do país, ela passa a ser concebida e representada como um instrumento de progresso, com o intuito de "formar o trabalhador moralizado e útil a si e ao seu país" (VILLELA, 2017, p. 35). A autora aponta algumas dessas movimentações, como a necessidade da substituição do trabalho escravo, o processo de aceleração da urbanização, a maior participação da mulher na esfera pública e a discussão acerca do voto alfabetizado.

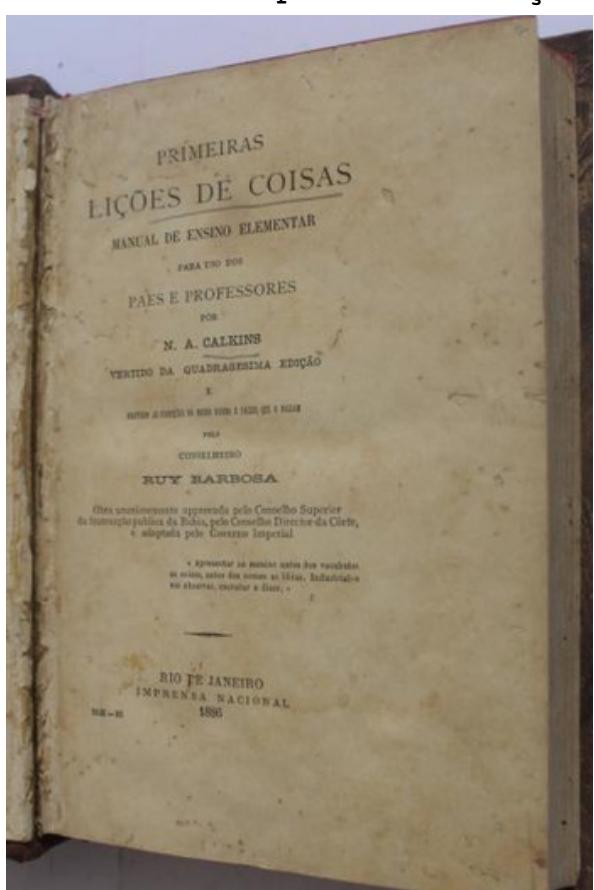
Além disso, cita que houve "o enfraquecimento das bases de poder dos conservadores e da própria monarquia e o consequente avanço do montante liberal" (VILLELA, 2000, p. 115). Havia similaridade na questão da formação de professores em alguns aspectos durante essas décadas, sendo que [...] para os novos liberais (geração da década de 1870) da mesma forma que para os "antigos" a instrução era desejável. Mas enquanto esses últimos associavam instrução à civilização do povo, tentando incutir-lhes padrões de civilidade, os modernos liberais associavam instrução e progresso, ideia que agrupa conceitos como os de utilidade, produtividade, trabalho e desenvolvimento. (VILLELA, 2005, p. 108).

Nessa conjuntura, existe circulação de ideias que terão continuidade nos discursos e concepções acerca da condução do processo educativo, inclusive no aspecto de moralidade que perpassa várias décadas. Percebe-se, portanto, que não há ruptura, mas uma movimentação maior em torno do conceito de progresso, advindo das próprias mudanças pelas quais a sociedade ia passando, de urbanização, industrialização e de

alteração de mão de obra no âmbito rural. Essas questões suscitavam formação e instrução que atendessem suas especificidades, por isso, a menção ao trabalhador útil à sua pátria pode ter começado a emergir com mais ênfase, assim como a necessidade de maior produtividade com vistas ao desenvolvimento do país.

No desdobramento dessas ideias e concepções, houve a propagação de diferentes métodos de ensino que seriam ditos como mais inovadores e capazes de contribuir com a educação. Muitos modelos e métodos foram chegando ao país, advindos da Europa e EUA, como o método intuitivo e a lição de coisas, por exemplo. Sendo que, de maneira geral , esse método tinha como base central as ideias de observação e trabalho, entendendo que os sentidos seriam os canais de entrada para aprendizagem da criança, trazendo, portanto, um ensino mais prático e concreto, que teriam, de certa maneira, associação com atividades da vida adulta, preparando “o futuro produtor, tornando indissociáveis pensar e construir” (VALDEMARIN, 2001, p. 158-159). Esse método era estudado nas Escolas Normais, assim como divulgado em Exposições Pedagógicas, jornais e revistas da época.

Algumas décadas depois, a partir de 1920, houve a propagação do movimento denominado Escola Nova, que mobilizou vários intelectuais brasileiros e se constituiu em uma proposta dinâmica com várias vertentes, contudo tinha como objetivo comum, uma educação pública, laica e que fosse organizada nacionalmente. Esse movimento também interferiu nas Escolas Normais, trazendo novas referências, materiais e discussões para a formação de professores.



As Escolas Normais se propagaram paulatinamente por todo o país, e foram responsáveis pela formação dos professores primários por muitos anos, enfrentaram dificuldades e críticas, contudo permaneceram em funcionamento até a promulgação da lei nº 5692/71, que altera a estrutura de formação docente, a colocando como uma habilitação, no 2º grau. Dessa forma, se faz necessário cada vez mais estudos históricos sobre as particularidades dessas instituições, seus legados e as múltiplas culturas que abrigaram e construíram, assim como permanências e mudanças que tivemos no âmbito da formação, nas práticas, no currículo e nas políticas públicas.

Imagen 4 - Livro "Primeiras Lições de Coisas" - Método Intuitivo.

BIBLIOGRAFIA

TANURI, L. M. História da formação de professores. **Revista Brasileira de Educação**. São Paulo, n.14, p. 61-88, mai./ago. 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbedu/n14/n14a05.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2019.

VALDEMARIN, V. T. Ensino da leitura no método intuitivo: as palavras como unidade de compreensão e sentido. **Educ. rev. [online]**, n.18, p. 157-182. 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/er/n18/n18a10.pdf>. Acesso em: 2 jun. 2020.

VILLELA, H. de O. S. A primeira escola normal do Brasil: **Concepções sobre a institucionalização da formação docente no século XIX**. In: ARAÚJO, J. C. S.; FREITAS, A.; LOPES, A. de P. C. (Org.). As escolas normais no Brasil: do império à república. Campinas, SP: Ed. Alínea, 2017. p. 29-45.

Sobre a autora

Vanessa Queirós Alves, é licenciada em Pedagogia e História, possui especialização em Psicopedagogia, mestrado e doutorado na área de Educação. Atuou como professora e pedagoga na educação básica e tem experiência como professora universitária e tutora. Realiza pesquisas sobre a História da formação de professores e de instituições escolares, principalmente entre as décadas de 1960 e 1970. E-mail para contato: vane_queiros@yahoo.com.br

EQUIPE

COORDENAÇÃO DO PROJETO

Andréa Bezerra Cordeiro (DTFE-ED)
Nadia Gaiofatto Gonçalves (DTPEN-ED)

EQUIPE DO PROJETO

Camila Emi Iwahata - História
Dilan Stenzel Toffoli - História - Bolsista
Edmar Czelusniak da Costa Neto - História
Júlia Costa Schurmann Alves - História Memória e Imagem
Raeli Cristina Urbano - Pedagogia
Ryan de Moura - História Memória e Imagem
Sofia Suemi Uema Riuzim - Gestão de Informação

DIAGRAMAÇÃO

Júlia Culpi - Pedagogia

CONTATOS

E-mail: historiadaeducacao@ufpr.br

Facebook: <https://www.facebook.com/historiasemmemoriased>

Instagram: <https://www.instagram.com/memoriasquefalam/>

Nossas publicações, inclusive este boletim, estão disponíveis em:
<http://www.educacao.ufpr.br/portal/centro-de-documentacao-e-pesquisa-em-historia-da-educacao/publicacoes-do-cdphe/>

